



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

### PORTARIA TRT13 GDG N.º 236/2022, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

**O DIRETOR-GERAL DE SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA TERCEIRA REGIÃO**, tendo em vista o PROAD TRT13 N.º 25450/2021 e as regras dispostas no inciso III do artigo 58 c/c artigo 67, ambos da Lei N.º 8.666/1993, no artigo 6º do Decreto N.º 2.271/1997 e no [ATO TRT/13ª CGP N.º 001/2021](#) (art. 1º, letra "v"),

#### RESOLVE

**I - Designar** a servidora e servidores abaixo nominados e qualificados, para atuarem como gestores e fiscais, do **Contrato TRT N.º 32/2022**, firmado entre este Regional e **Heitor Medrado de Faria**, cujo objeto é o fornecimento de solução de backup para ambiente de TIC virtualizado e físico:

#### - Gestora Titular:

**HERÍKA FÉLIX BRITO**, Técnica Judiciária, Contabilidade, Área Administrativa, Matrícula N.º 201.348.047, lotada na Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação;

#### - Gestores Substitutos:

**RAIMUNDO JOSÉ CAMPOS JÚNIOR**, Técnico Judiciário, Apoio Especializado, Tecnologia da Informação, Matrícula N.º 201.330.660, lotado na Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação;

**BRENO MORENO LUNA**, Técnico Judiciário, Apoio Especializado, Tecnologia da Informação, Matrícula N.º 201.350.063, lotado na Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação;

#### - Fiscal Técnico:

**PAULO ALCEU DE PINHO REGO VIEIRA**, Técnico Judiciário, Apoio Especializado, Tecnologia da Informação, Matrícula N.º 201.357.215, lotado na Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação;

**- Fiscal Técnico Substituto:**

**EWERTON LEANDRO DA COSTA ARAÚJO**, Analista Judiciário, Apoio Especializado, Tecnologia da Informação, Matrícula N.º 201.327.842, lotado na Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação;

**- Integrante Administrativo:**

**PAULO ROBERTO FERNANDES DE ALBUQUERQUE**, Técnico Judiciário, Área Administrativa, Sem Especialidade, Matrícula N.º 245.163.500, lotado na Secretaria Administrativa;

**II – Determinar** a observância do disposto no artigo 3º, incisos I a V, do ATO TRT GP N.º 121/2001 e da legislação de regência da matéria, bem como a assinatura da declaração registrando o conhecimento integral dos termos do Contrato (ACÓRDÃO N.º 829/2017 – TCU);

**III – Recomendar** à servidora e aos servidores ora designados, à guisa de boa prática administrativa, nos termos da orientação do TCU (item 1.7.3 do Acórdão N.º 8.005/2011-1ªC e TC-007.114/2011-7 – publicado no DOU de 20.09.2011, seção 1, p. 158), a utilização – no que couber – do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos (última modificação em 14/04/2015) do Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, disponibilizado no endereço eletrônico: <http://www.inpi.gov.br/sobre/arquivos/manualfiscal.pdf/view>.

**IV – Os casos omissos serão resolvidos por esta Diretoria-Geral da Secretaria.**

Dê-se ciência.

Publique-se.

(assinado eletronicamente)

**ALEXANDRE GONDIM GUEDES PEREIRA**

Diretor-Geral da Secretaria